Quando o jornalismo se ajoelha perante o poder

Publicado em 2026-11-22 10:00:00



se ajoelha perante o poder

A imprensa não pode pedir aos cidadãos que paguem por aquilo que o Governo distribui gratuitamente.

> **Nota de abertura:** Esta crónica é uma análise crítica ao jornalismo declarativo, às relações entre comunicação social e poder e à crise do modelo de assinaturas. Não atribui práticas de submissão a órgãos ou profissionais específicos sem prova documental.

A notícia que chega de joelhos

Uma democracia pode suportar governos incompetentes. O que dificilmente suporta, sem pagar um preço elevado, é uma imprensa que se habitua a olhar para o poder de baixo para cima.

notícias construídas à volta de uma declaração oficial.

Quando um governante anuncia uma solução para a habitação, o trabalho jornalístico começa onde termina o comunicado: quantas casas, a que preço, para quem, quando, com que financiamento e com que resultados verificáveis? Reproduzir a promessa pode informar sobre a promessa; não prova que ela seja uma solução.

O poder de escolher o enquadramento

Nas manifestações sobre a habitação, uma parte da discussão pública pareceu concentrar-se no incómodo provocado pelos protestos, no trânsito interrompido ou no tom das palavras de ordem. São questões legítimas. Mas não podem substituir o escrutínio das políticas que levaram milhares de pessoas a protestar.

O cidadão que não consegue arrendar uma casa não desaparece porque uma televisão prefere discutir se o protesto foi inconveniente. E a indignação social não se torna ilegítima apenas por perturbar a serenidade dos gabinetes.

estudo sistemático, que toda a imprensa serve o Governo.



A dependência que não precisa de ordens

A submissão editorial nem sempre nasce de uma chamada telefónica. Pode crescer de uma estrutura económica frágil, da concentração da propriedade, da precariedade profissional e da necessidade permanente de acesso a fontes poderosas.

O jornalista que receia perder a fonte exclusiva, o director que teme perder publicidade e a empresa que depende de relações institucionais podem começar a

Os apoios públicos, por si mesmos, não constituem censura nem submissão. Podem preservar o pluralismo e o jornalismo local. O problema surge quando os critérios são opacos, discricionários ou dependentes da simpatia política. O dinheiro público exige regras públicas, auditoria independente e distância entre financiador e redacção.

A estranha economia do comunicado pago

Os jornais queixam-se, com razões atendíveis, da perda de receitas e da concorrência das plataformas. Mas existe uma pergunta incómoda que não pode ficar por fazer: por que motivo deverá o leitor pagar uma assinatura para encontrar uma paráfrase do comunicado que já podia ler gratuitamente?

O círculo é perverso: menos receitas conduzem a menos investigação; menos investigação produz conteúdos menos diferenciados; conteúdos menos diferenciados reduzem a vontade de pagar; e a falta de assinantes volta a empobrecer as redacções.

ser responsabilidade de quem publica.

O Reuters Institute registou em Portugal, em 2026, apenas 8% de pessoas a pagar por notícias online e 37% a evitar notícias pelo menos ocasionalmente. A confiança geral nas notícias foi de 51%: um valor que impede qualquer narrativa simplista de descrédito total e que permanece elevado no contexto europeu. A realidade é mais complexa do que o slogan, mas o sinal económico merece atenção.

DADOS ESSENCIAIS — PORTUGAL, 2026

- 8% pagaram por notícias online.
- 37% evitaram notícias por vezes ou frequentemente.
- 51% declararam confiar nas notícias em geral.

Fonte: Reuters Institute, Digital News Report 2026. Indicadores de inquérito, não uma medição directa da qualidade editorial.

Há comentadores que parecem interpretar qualquer contestação ao executivo como uma agressão às instituições. É um erro conceptual grave. O Governo é transitório; a República pertence aos cidadãos. Fiscalizar ministros não é atacar a democracia: é praticá-la.

A imparcialidade não exige tratar uma afirmação falsa e uma afirmação verdadeira como equivalentes. Exige método, prova, contraditório e disposição para corrigir erros. O jornalista não tem de ser neutro entre um facto documentado e uma ficção conveniente.

Um jornalismo verdadeiramente livre não deve estar ao serviço da oposição, da maioria, do proprietário ou do anunciante. Deve estar ao serviço da verdade verificável e do interesse público.

O risco de trocar um silêncio por outro

Quando os meios tradicionais perdem relevância, o vazio não é necessariamente preenchido por informação melhor. Pode ser ocupado por propaganda partidária, influenciadores sem responsabilidade editorial, rumores e

seu desaparecimento. Tem de ser a reconstrução da sua independência: financiamento transparente, protecção das redacções, investigação original, dados abertos, correcções visíveis e separação inequívoca entre notícia, opinião e publicidade.

A UNESCO recorda que o jornalismo independente é um bem público. A OCDE alerta para a captura dos media por interesses políticos ou económicos. A Comissão Europeia acompanha o pluralismo, a independência do serviço público e a transparência da publicidade estatal. São problemas estruturais, não peculiaridades exclusivas de Portugal.

A pergunta que nenhuma redacção deveria evitar

Imaginemos que amanhã os ministérios deixam de enviar comunicados, os partidos suspendem as conferências de imprensa e os gabinetes políticos fecham temporariamente as portas. Quantas redacções continuariam a produzir informação indispensável sobre o país real?

Uma imprensa que se limita a reproduzir o poder não tem um problema apenas de credibilidade. Tem um problema de utilidade pública.

Porque a democracia não precisa de jornalistas que aplaudam os governantes. Precisa de jornalistas suficientemente livres para os incomodar — e suficientemente rigorosos para não substituir a investigação pela indignação.

O jornalismo que se ajoelha perante o poder acaba por pedir ao leitor que financie a própria genuflexão. E o leitor, naturalmente, pode levantar-se e sair.

> *A liberdade de imprensa é um direito. A independência editorial é uma responsabilidade que se demonstra todos os dias.*

Este texto é uma crónica de opinião. As críticas ao jornalismo de acesso e à reprodução de discursos oficiais são apreciações editoriais, não conclusões de uma auditoria ao conjunto da imprensa portuguesa. Os dados quantitativos citados provêm do Digital News Report 2026; não demonstram, isoladamente, causalidade entre cobertura política e cancelamento de assinaturas.

Defendemos a liberdade de imprensa, a pluralidade de opiniões, o contraditório e o direito à crítica de todos os poderes, incluindo o económico e o político. O financiamento público pode ser legítimo quando é transparente, não discricionário e protegido contra interferência editorial.

Referências credíveis

- Reuters Institute — Digital News Report 2026: Portugal
- Reuters Institute — Digital News Report 2026: conclusões gerais

- Comissão Europeia — 2026 Rule of Law Report
- Comissão Europeia — Public Financing of News Media in the EU

Augustus Veritas

Fragmentos do Caos · 6 de Novembro de 2026

☁️ GitHub Pages

🛰️ CodeBerg Pages

🌌 **Fragmentos do Caos:** Blogue • Ebooks • Carrossel

👁️ Esta página foi visitada ... vezes.

Contactos